

**VOTO IMPRESSO? O SISTEMA ELEITORAL SOB QUESTIONAMENTO
E O POSICIONAMENTO DE USUÁRIOS DO TWITTER ENTRE JUNHO E
JULHO DE 2021**

*¿VOTO IMPRESO? EL SISTEMA ELECTORAL BAJO CUESTIONAMIENTO Y LA
POSICIÓN DE LOS USUARIOS DE TWITTER ENTRE JUNIO Y JULIO DE 2021*

*PRINTED BALLOT? THE ELECTORAL SYSTEM UNDER QUESTIONING AND THE
POSITIONING OF TWITTER USERS BETWEEN JUNE AND JULY 2021*



Kaique MANCOSO¹
e-mail: kaique.mancoso@gmail.com



Robson ROQUE²
e-mail: franciscorobsonpr@gmail.com

Como referenciar este artigo:

MANCOSO, K.; ROQUE, R. Voto impresso? O sistema eleitoral sob questionamento e o posicionamento de usuários do Twitter entre Junho e Julho de 2021. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara v. 24, n. 00, e024002, 2024. e-ISSN: 2359-2419. DOI: <https://doi.org/10.47284/cdc.v24i00.17962>



| Submetido em: 09/04/2023
| Revisões requeridas em: 11/01/2023
| Aprovado em: 27/02/2024
| Publicado em: 04/03/2024

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbaux
Prof. Me. Mateus Tobias Vieira
Profa. Me. Thaís Caetano de Souza

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE – Brasil. Mestre em Comunicação.

² Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE – Brasil. Doutorando em Comunicação. Mestre em Comunicação pela UFPB.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os posicionamentos sobre o voto impresso no período de 27/06/21 a 17/07/21 no Twitter, considerando a relevância do tema no cenário político brasileiro. O foco da análise está em estudar: (1) os argumentos que contestam ou apoiam o voto impresso; (2) as possíveis estratégias utilizadas por Bolsonaro ao defender essa medida; e (3) os principais traços que caracterizam os posicionamentos em relação ao assunto. Para isso, foi realizada uma revisão teórica sobre o sistema eleitoral e as estratégias populistas, seguida por uma análise de conteúdo para compreender diversos aspectos da discussão. Os resultados indicaram que a implementação do voto impresso não é considerada uma abordagem viável e que as declarações de Bolsonaro possuem uma natureza ideológica populista, em vez de um embasamento técnico. No Twitter, predominou o grupo que apoia a proposta de voto impresso.

PALAVRAS-CHAVE: Voto impresso. Populismo. Twitter.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar las posturas sobre el voto impreso entre el 27/06/21 y el 17/07/21 en Twitter, considerando la importancia que el tema ha adquirido en el escenario político brasileño. Nos enfocaremos en estudiar: (1) qué argumentos invalidan (o no) el voto impreso; (2) cuáles son las posibles estrategias adoptadas por Bolsonaro al defender este artificio; y (3) cuáles son las principales características de posicionamiento sobre el tema. Para ello, llevamos a cabo una discusión teórica sobre el sistema electoral y las estrategias populistas. Además, utilizamos Análisis de Contenido para comprender algunos aspectos de la conversación. Los resultados mostraron que adoptar el voto impreso no es un camino viable y que las afirmaciones de Bolsonaro tienen un contenido ideológico populista (y no técnico). Entre las posturas sobre el voto impreso en Twitter, prevaleció el grupo a favor de la propuesta.

PALABRAS CLAVE: Voto impreso. Populismo. Twitter.

ABSTRACT: This article aims to analyze the positions on printed voting on Twitter from June 27, 2021, to July 17, 2021, considering the relevance of the topic in the Brazilian political scenario. The focus of the analysis is to study (1) the arguments that contest or support printed voting, (2) the possible strategies used by Bolsonaro to defend this measure, and (3) the main characteristics that characterize the positions regarding the subject. For this purpose, a theoretical review was conducted on the electoral system and populist strategies, followed by content analysis to understand various aspects of the discussion. The results indicated that the implementation of printed voting is not considered a viable approach and that Bolsonaro's statements have a populist ideological nature, rather than a technical basis. On Twitter, the group that supports the proposal of printed voting predominated.

KEYWORDS: Printed ballot. Populism. Twitter.

Introdução

Considerado como garantia de credibilidade aos resultados eleitorais por alguns e definido como retrocesso e elemento de um discurso prejudicial à democracia por outros, o voto impresso voltou a ganhar atenção no debate político brasileiro nos últimos anos. A bandeira do voto impresso é levantada por Jair Bolsonaro (PL - Partido Liberal) há anos, muito antes da sua primeira candidatura à presidência. Porém, foi a partir das eleições de 2018 que o assunto ganhou visibilidade (Piaia; Alves, 2020) e, desde então, a base bolsonarista veio, gradualmente, ecoando, defendendo e exigindo a implementação do mecanismo impresso.

Questionar o sistema eleitoral coloca em descrédito não apenas todos os resultados eleitorais desde 1996 (quando as urnas eletrônicas foram implantadas), como também estabelece um clima de tensão sobre o que devemos esperar para as próximas eleições. Além disso, o assunto categorizou uma das principais desavenças entre ex-chefe de Estado e o Supremo Tribunal Federal (STF), o que os cientistas políticos categorizam como uma estratégia populista do ex-presidente Bolsonaro³, em função dos constantes ataques às instituições democráticas. Compreender, então, as origens, causas e consequências de tal questionamento se faz cada vez mais importante, com a certeza de que ainda há um propósito na esfera pública em defender (e fortalecer) a democracia brasileira.

É diante da dimensão que a argumentação sobre o voto impresso alcançou e o quão delicado pode ser emplacar pressupostos que minam a confiança sobre o sistema eleitoral, que essa pesquisa se propôs a desenvolver o mínimo de contextualização para compreendermos esse debate político. Para isso, focaremos em estudar: (1) quais os argumentos que invalidam (ou não) o voto impresso; (2) quais as possíveis estratégias adotadas por Bolsonaro ao defender tal artifício; e (3) quais os principais traços que configuram os posicionamentos a respeito do assunto, especificamente no Twitter. Dentro do terceiro objetivo mencionado, pretende-se entender (1) quais são os posicionamentos dos usuários ao voto impresso e (2) quais foram as principais intenções deles ao expressar-se sobre o tema.

O artigo é dividido em 4 principais seções, além desta introdução, das considerações finais e das referências. Na primeira, iremos abordar alguns pontos técnicos que norteiam o voto impresso e as urnas eletrônicas, para consentirmos sobre a inviabilidade da proposta do voto impresso. Na segunda, discutiremos como o emblema do voto impresso configura uma

³ Esta pesquisa foi escrita em julho de 2021. No entanto, alguns dados foram atualizados para contemplar o cenário político brasileiro mais próximo à realidade da data de publicação deste artigo.

estratégia populista de Bolsonaro, através de conceitos teóricos, e o quanto isso realça a crise democrática. Na terceira, detalharemos a metodologia aqui aplicada com o intuito de conceber luz à discussão do voto impresso no Twitter, entre os meses de junho e julho de 2021. Por fim, na quarta seção, apresentaremos os resultados e nos propomos a interpretar as principais configurações das mensagens publicadas sobre assunto, no recorte temporal escolhido.

Antecipando parte do que iremos expor ao decorrer deste artigo, este estudo mostrou não apenas que o voto impresso não acrescenta valor à legitimidade das eleições, como também indica que tais argumentos reforçam a estratégia de Bolsonaro em atacar as instituições democráticas. Essas ações representam elementos do projeto populista que surtiu efeito sobre a base eleitoral de Bolsonaro. Base essa que, ao reverberar os mesmos argumentos de seu líder, se mostrou o grupo mais ativo dentro da discussão no Twitter.

Reflexões sobre o voto impresso e as urnas eletrônicas

O sistema eletrônico de votação é adotado no Brasil desde 1996, quando pela primeira vez, eleitores de 57 municípios do país utilizaram a urna eletrônica para escolher seus representantes políticos (Nicolau, 2004). A adoção desse sistema se deve aos inúmeros fatos de fraudes eleitorais que marcaram boa parte dos pleitos na história do Brasil. Nicolau (2004) esclarece que a principal razão para essa mudança se deu às eleições de 1994, quando o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Janeiro apurou fraudes em diferentes zonas eleitorais e viu-se obrigado a anular os pleitos para deputados federais e estaduais, o que exigiu a convocação de eleitores a votarem mais uma vez. Antes de 1996, a cédula de papel configurava a única ferramenta de voto. Foi apenas em 2000 que todos os eleitores brasileiros votaram através da urna eletrônica.

O sistema eletrônico de votação passou, e passa até hoje, por questionamentos e especulações quanto à garantia de legitimidade dos resultados nas eleições (Eirado; Silva; Cordeiro, 2020). Um dos principais atores que reproduziu esse mote foi o ex-presidente Jair Bolsonaro (Piaia; Alves, 2020). As alegações se resumem a argumentos como: “os votos não podem ser auditados”, “o eleitor não tem certeza quanto à computação do seu voto”, “há indícios de fraudes em eleições”, entre outros (Bolsonaro, 2021). Tais pressupostos foram disseminados pela base eleitoral de Bolsonaro, conforme veremos nos resultados desta pesquisa contribuindo para que a credibilidade do sistema eleitoral fosse desestimulada através da introdução de uma atmosfera conspiratória. Uma das soluções propostas pelo ex-

presidente foi o voto impresso, mecanismo este considerado ultrapassado e insuficiente para assegurar aquilo que é questionado (Carvalho, 2016).

Na opinião exposta por Bolsonaro (2021), o voto impresso representa uma forma auditável de conferir os resultados eleitorais, ao permitir a comparação dos votos eletrônicos com aqueles em papel, a fim de averiguar a existência de fraudes eleitorais. Essa proposta não é nova para o cenário político nacional. Em 2015, a Lei n.º 13.165 sugeriu a alteração do artigo 59-A da Lei das Eleições⁴ com o seguinte trecho:

Art. 59-A. No processo de votação eletrônica, a urna imprimirá o registro de cada voto, que será depositado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado.

Parágrafo único. O processo de votação não será concluído até que o eleitor confirme a correspondência entre o teor de seu voto e o registro impresso e exibido pela urna eletrônica (Brasil, 2015).

Antes de 2015, a mesma proposta entrou em discussão através da Lei n.º 12.034/2009. Ambas tiveram seu teor contestados pela Procuradoria Geral da República, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4.543 (Carvalho, 2016), com a alegação de que “a impressão do voto com um número único de identificação implicaria a possibilidade de desrespeito ao corolário constitucional do sigilo do voto” (Carvalho, 2016, p. 145). O código de identificação acoplado ao voto, por si só, já é uma forte razão para o indeferimento do voto impresso, uma vez que abre caminhos para uma retomada à era do voto de cabresto, ao permitir assimilações durante a conferência dos votos.

Somado a isso, Carvalho (2016) comenta que o uso deste recurso poderia ser considerado inseguro para eleitores analfabetos ou portadores de deficiência visual. Isso acontece devido à impossibilidade de conferirem as informações impressas, já que “os cidadãos que não sabem ler ou o fazem precariamente e aqueles que não enxergam, teriam de buscar auxílio de terceiros para concretizar o processo de votação com plena segurança” (Carvalho, 2016, p. 150).

Porém, mais que entender os porquês que norteiam a incoerência de implantar o voto impresso, é importante esclarecermos brevemente até que ponto podemos questionar a credibilidade das urnas eletrônicas. Giuseppe Janino, que foi por 15 anos secretário de Tecnologia e Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), reforça que o sistema é sim seguro e que historicamente vem passando por melhorias e avanços (Saldanha; Silva, 2020).

⁴ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes>. Acesso em: 10 ago. 21.

Dezoito Ministros do Supremo Tribunal Federal assinaram uma nota pública defendendo que o Brasil não registra nenhuma fraude eleitoral desde 1996, quando as urnas eletrônicas passaram a fazer parte do sistema eleitoral. Além disso, acrescentaram que:

As urnas eletrônicas são auditáveis em todas as etapas do processo, antes, durante e depois das eleições. Todos os passos, da elaboração do programa à divulgação dos resultados, podem ser acompanhados pelos partidos políticos, Procuradoria-Geral da República, Ordem dos Advogados do Brasil, Polícia Federal, universidades e outros que são especialmente convidados. É importante observar, ainda, que as urnas eletrônicas não entram em rede e não são passíveis de acesso remoto, por não estarem conectadas à internet (Brasil, 2021, p. 1).

Fora as autoridades políticas, existem estudos que comprovam a inexistência de fraudes eleitorais. É o caso de Figueiredo, Silva e Domingues (2021) que, através do modo estatístico da Lei de *Newcomb-Benford* (LNB), comprovou que não houve fraudes nas eleições de 2018. Os autores aproveitaram para citar outros cientistas e estudos que comprovam a credibilidade dos resultados nas últimas eleições.

Vale a pena ressaltar também que a urna eletrônica é considerada, muitas vezes, como um dos grandes exemplos em inovação, graças à tecnologia da informação dentro da gestão pública (Saldanha; Silva, 2020). O fato dos equipamentos serem submetidos a diferentes tipos de fiscalização e auditoria, bem como testes públicos de segurança (em que qualquer cidadão brasileiro com no mínimo 18 anos de idade pode participar), reforçam a afirmação de que se pode confiar no sistema eleitoral vigente, por mais que compartilhemos a benéfica intenção que ele pode ser sim tecnicamente aprimorado (Saldanha; Silva, 2020).

Mas, então, por que o sistema eletrônico levanta desconfianças? Apurou-se em 2018 que 91,84% dos participantes de uma pesquisa afirmaram acreditar que a tecnologia eleitoral pode ser violada (Avast, 2018). Pouco mais de 96% dos respondentes acreditam que “os partidos políticos ou seus candidatos possam ser alvo de cibercriminosos” (Avast, 2018). Saldanha e Silva (2020, p. 704) comenta que “a dificuldade do cidadão em compreender e inspecionar a atuação estatal na utilização do sistema eletrônico de votação mantém a desconfiança quanto à sua lisura, mesmo decorridos mais de 20 anos do início de seu desenvolvimento”.

Segundo eles, o sistema é considerado complexo e pouco transparente, o que o torna assimilado apenas por uma parcela de pesquisadores e técnicos, dificultando a compreensão por parte de pessoas leigas (Saldanha; Silva, 2020). Isso corrobora para a difícil relação entre um

sistema eleitoral complexo e os mais de 145 milhões de eleitores brasileiros, que se veem obrigados a acreditar naquilo que não se pode entender com plenitude.

É certo que especulações ganham maiores proporções quando apoiadas por figuras públicas. A pauta do voto impresso passou a ter os holofotes voltados a ela, novamente, quando Bolsonaro questionou, inúmeras vezes, o sistema eleitoral como um todo e sugeriu tal proposta. Dessa forma, parte da população, que considera esse mecanismo indispensável, passou então a defendê-lo e a ecoar as afirmações de Bolsonaro, como veremos nos resultados na quinta seção deste artigo.

Porém, para fins conclusivos a respeito da necessidade (ou não) do voto impresso, é importante contextualizar que este já foi experimentado em 2002 em 150 municípios do país. O ensaio tinha como objetivo testar a implantação da urna eletrônica a partir de 2004, através da Lei n.º 10.408/2002⁵. Os resultados foram negativos, a experiência demonstrou que o voto impresso é desnecessário e problemático. Segundo o Relatório das Eleições de 2002 do TSE, as seções eleitorais apresentaram situações como:

- (a) maior o tamanho das filas; (b) maior o número de votos nulos e brancos;
- (c) maior o percentual de urnas com votação por cédula – com todo o risco decorrente desse procedimento; (d) maior o percentual de urnas que apresentaram defeito, além das falhas verificadas apenas no módulo impressor (Brasil, 2003, p. 21).

O teste de 2002 mostrou também que 60% dos eleitores no Rio de Janeiro não conferiram seu voto eletrônico com o representativo impresso. Além disso, foram possíveis constatar maiores índices de quebra de urna eletrônica (falhas no equipamento), votação manual (cédulas de papel) e voto cantado (procedimento no qual os votos em papel são “cantados” para registro em uma urna eletrônica), nas seções eleitorais que utilizaram o módulo impresso. Esses fatos contribuem para o aumento da interferência humana durante e após as eleições e, conseqüentemente, maior exposição dos resultados a fraudes (Brasil, 2003).

Fora todos os argumentos aqui citados que ratificam a inviabilidade do voto impresso, Felitti (2021) acrescenta que uma mudança dessa magnitude leva pelo menos 4 anos, o que impossibilitaria tal implantação nas eleições de 2022. Considerando que o ex-presidente Bolsonaro é conhecedor desses aspectos técnicos e exigia que o voto impresso fosse utilizado nas eleições de 2022, ameaçando não reconhecer tais resultados eleitorais, levanta-se então a

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110408.htm. Acesso em: 23/07/21.

questão: qual o objetivo por trás da solicitação do voto impresso? Felitti (2021) defende que essa discussão não é técnica, mas sim ideológica. Ou seja, Bolsonaro não tem intenção de buscar um sistema eleitoral mais qualificado tecnicamente, mas sim apenas criar um movimento ideológico que, ao questionar tal sistema, angariam-se vantagens políticas.

O sistema eleitoral sob questionamento: uma estratégia de cincho populista

Bolsonaro questionou o sistema eleitoral em 2018, durante as eleições presidenciais. Esse discurso foi visto como uma das estratégias políticas a fim de antecipação ao erro (Piaia; Alves, 2020). Em outras palavras, basicamente, o objetivo era criar um arcabouço que sustentaria a hipótese de fraude eleitoral caso Bolsonaro perdesse as eleições, o que não aconteceu. Tal estratégia apresentou um excelente custo-benefício, já que, mesmo errado, Bolsonaro não obteve “custos negativos” ao levantar suspeitas sobre as urnas eletrônicas (Piaia; Alves, 2020). Apesar de Bolsonaro vencer em 2018, podemos observar que o uso dessa narrativa ultrapassou aquele período eleitoral e se manteve nos anos seguintes, talvez sob a mesma estratégia para uma eventual derrota. No entanto, 2021, provavelmente, foi o ano que a agenda do voto impresso recebeu mais atenção, não apenas por conta dos holofotes midiáticos, mas também por ter voltado ao debate político através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/19⁶ e da Consulta Pública de Sugestão n.º 9 de 2018 no e-Cidadania⁷.

Felitti (2021), ao analisar as menções à “voto impresso” e à “voto auditável” no Facebook e Instagram, percebeu um considerável aumento de interesse durante o mês de abril de 2021, mesmo mês que o ministro Luís Roberto Barroso solicitou a instauração da CPI da Covid. Felitti (2021) sugere, então, que o uso dessa diegese serve como uma “cortina de fumaça” para os problemas que o governo Bolsonaro passaria a enfrentar a partir da CPI instaurada. Comprovar tal afirmação não é o objetivo deste artigo, mas a análise feita pelo autor é elemento importante para o raciocínio que estamos estabelecendo.

Bolsonaro, ao realizar uma *live* no YouTube no dia 29/07/2021, afirmou que não possuía provas sobre as acusações de fraudes eleitorais, mas sim “fortes indícios” (Bolsonaro, 2021). A *live* contou com uma série de reportagens e depoimentos que, somados à interpretação/análise

⁶Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0h828ceknd8hq1pwedk51eij4m13042212.node0?codteor=1807035&filename=PEC+135/2019. Acesso em: 03 ago. 2021.

⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=132598>. Acesso em: 03 ago. 21.

da equipe bolsonarista, indicariam os indícios citados. O TSE, entretanto, respondeu às alegações em tempo real e considerou todas como falsas, afirmações essas que já haviam sido desmentidas em outras ocasiões.

O professor de ciências políticas, Marcus André Melo, indica que o discurso de Bolsonaro tem relação com a atual onda populista, na qual a “denúncia das instituições é algo que faz parte do repertório comum desses governantes e liberais; (no qual) você tem um discurso anti-instituições, mesmo se beneficiando delas” (Café da manhã, 2021). Observa-se, portanto, uma das primeiras possíveis intenções de Bolsonaro ao questionar o sistema eleitoral: atacar as instituições tradicionais através de discursos populistas.

Entre as afirmações de Bolsonaro, estão expressões como “o povo quer voto impresso” e “o povo vai reagir se não tiver voto impresso” (Bolsonaro, 2021). Frases como essas reforçam a categorização de Bolsonaro como um populista, teoria que leva em sua formulação a ação de falar em nome do “povo” e contra as elites governantes (Finchelstein, 2018). O cientista político Finchelstein comenta sobre características que fundamentam a essência populista:

[...] Uma teologia política fundada por um líder carismático e messiânico do povo; [...] Um nacionalismo radical. A ideia de que o líder é a personificação do povo. A identificação do movimento e das lideranças com o povo como um todo. [...] A ideia homogeneizante de que o povo é uma entidade única e que, uma vez que o populismo se tornou um regime, esse povo equivale às suas maiorias eleitorais (Finchelstein, 2018, p. 120, tradução livre⁸).

Em sintonia com as afirmações do professor Marcus André Melo, Finchelstein (2018) reforça que o líder populista muitas vezes desdenha do diálogo político, sob a justificativa de uma crise de representação, e ataca as instituições democráticas. Exemplos desse comportamento foram os constantes ataques de Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral e seus ministros, alegando que as instituições queriam determinar quem seria a próxima pessoa eleita, sugerindo, inclusive, que tais órgãos possuísem uma inclinação à eleição de Lula, e que teriam a intenção de trazer a corrupção de volta ao Brasil (Bolsonaro, 2021).

Essa rejeição aos canais representativos tradicionais nas atitudes populistas de Bolsonaro (Gentile, 2020), pode configurar uma das principais estratégias do ex-presidente por

⁸ Una teología política fundada por un líder del pueblo mesiánico y carismático. [...] Un nacionalismo radical. La idea de que el líder es la personificación del pueblo. La identificación del movimiento y los líderes con el pueblo como un todo. [...] La idea homogeneizadora de que el pueblo es una entidad única y que, una vez el populismo convertido en régimen, este pueblo equivale a sus mayorías electorales.

trás da polêmica do voto impresso: criticar internamente a democracia. “Historicamente, os populistas consideraram que, ao criticar o *status quo*, radicalizavam a democracia ao devolver o poder ao povo” (Finchelstein, 2018, p. 149, tradução livre⁹). E ao refletirmos sobre o ingrediente populista em que o líder personifica em si próprio a soberania popular, podemos evidenciar os esforços de Bolsonaro de concentrar em sua figura todo o poder político.

Ao tentar responder à difícil pergunta “como as democracias morrem?”, Levitsky e Ziblatt (2018) reforçam que é preciso atenção àqueles líderes que “tentam minar a legitimidade das eleições, recusando-se, por exemplo, a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 35). Os autores relatam que demagogos populistas geralmente ignoram as regras democráticas do jogo e negam a legitimidade de oponentes, o que não apenas patrocina o declínio da democracia, como também abre caminho para sistemas autoritários e ditatoriais. A fim de comparar as colocações de Levitsky e Ziblatt podemos lembrar aqui as afirmações de Bolsonaro ao dizer que caso o voto impresso não fosse usado nas eleições de 2022, essas não poderiam ser consideradas legítimas ou, até mesmo, sequer aconteceriam.

As atitudes do então presidente, Bolsonaro, buscaram reforçar uma rivalidade ideológica presente no populismo: “nós, cidadãos do bem” *versus* “eles, cidadãos do mal” (Gentile, 2020). É por isso que o populista estimula a polarização social e política, a fim de criar um ambiente hostil e perturbador, que lhe permitirá impor a chamada “vontade do povo”, que é considerada maior e mais verdadeira que qualquer outra. “O populismo, em suma, é uma forma autoritária de democracia” (Finchelstein, 2018, p. 122).

Weber (2011) trouxe a importante reflexão sobre a dominação carismática como uma das principais formas de poder. Essa legitimidade é baseada na veneração de uma pessoa ao acreditar que ela seja uma heroína, uma santidade ou um modelo de pessoa a ser seguida. Tal dominação carismática e veneração pode ser facilmente identificada e comprovada através do frequente uso da expressão “mito”, destinada à figura de Bolsonaro e utilizada pela sua base eleitoral. O carisma é um importante elemento na concretização de um demagogo populista, como Jair Bolsonaro (Avritzer, 2020).

A comunicação autêntica de Bolsonaro, somada a habilidade de utilizar muito bem as redes sociais, favoreceu a ascensão do populismo de direita no Brasil (Avritzer, 2020). O cenário tornou-se “oportuno”, então, para uma crise democrática, na qual a democracia não depende das instituições tradicionais, mas sim exclusivamente da relação entre o líder e o povo.

⁹ Históricamente, los populistas han considerado que criticando el statu quo radicalizaban la democracia restituyéndole el poder del pueblo.

Portanto, sobraria àqueles que não se enquadram na definição de “povo” por Bolsonaro, a aceitação do legítimo poder soberano. Estes últimos representam, por fim, segundo Avritzer (2020, p. 152), “uma elite que, no geral, é tida como corrompida e que se busca combater”.

Não restam dúvidas que Bolsonaro utiliza de estratégias populistas para angariar suas vontades políticas. Para concretizar tal afirmação podemos elencar a pesquisa de 2019 do *Team Populism*¹⁰ que colocou Jair Bolsonaro como o primeiro presidente populista do Brasil desde o mandato de Collor. Vale, dessa forma, tentar refletir: quais seriam as vantagens para Bolsonaro ao utilizar estratégias populistas e táticas como a discussão do voto impresso? Avritzer (2020, p. 152) resume uma possível resposta quando diz que “um dos elementos centrais do modo de agir do bolsonarismo é constituir um modo de degradar as instituições com o objetivo de concentrar a legitimidade política na figura do líder”.

Felitti (2021), ao dialogar sobre as colocações de voto impresso por Bolsonaro, se arrisca a levantar a hipótese de que os argumentos utilizados pelo ex-presidente tentaram criar um arcabouço ideológico para um possível golpe de estado, com o apoio da base militar, que viria a acontecer caso o Bolsonaro não ganhasse as eleições de 2022. Independente da validade de tal hipótese, devemos lembrar a contextualização político-científica que afirma sobre quão perigosas podem ser atitudes populistas:

O populismo é a mais devastadora corrupção da democracia, pois invalida radicalmente as instituições representativas (especialmente as eleições e o pluralismo partidário) e transforma o poder negativo de julgamento ou de opinião, que passam a controlar e monitorar líderes politicamente eleitos a rejeitar sua legitimidade eleitoral em nome de uma unidade mais profunda entre líderes e pessoas; opõe a legitimidade ideológica à da constituição e dos procedimentos (Finchelstein, 2018, p. 154).

Após refletirmos sobre a necessidade do voto impresso e as intenções bolsonaristas implícitas neste diálogo, dedicaremos as próximas seções para entender como se deram as discussões sobre o tema no Twitter. Essa foi a rede social escolhida já que muitos estudos indicam um considerável aumento na adoção da ferramenta por figuras políticas com o intuito de promover seus ideais, divulgar decisões e fomentar a si próprio (Marques *et al.*, 2019). Somado a forte adesão do contexto político, o Twitter tem se apresentado como um ambiente “caótico”, principalmente ao considerar o número elevado de posts e a velocidade que estes são

¹⁰ Disponível em: <https://populism.byu.edu/Pages/Data>. Acesso em: 25 jul. 21.

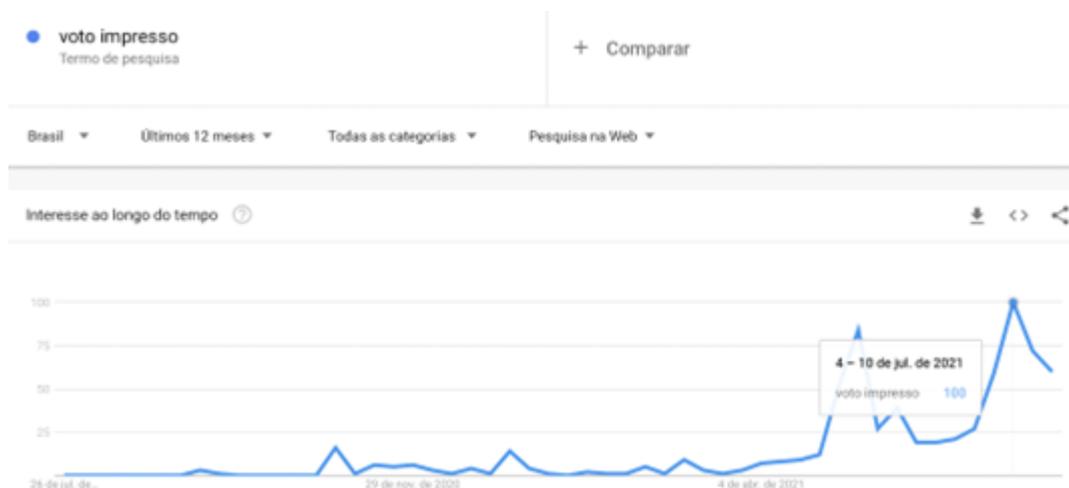
feitos (Marques *et al.*, 2019), fatores estes importantes para tentarmos captar com amplitude as características que vêm norteando o debate sobre voto impresso.

Metodologia

A fim de entender algumas das configurações dos posicionamentos sobre voto impresso no Twitter, a metodologia aqui aplicada segue a seguinte ordem cronológica: (1) definição do recorte temporal; (2) coleta dos *tweets* e seus respectivos usuários; (3) definição da amostra; e (4) técnicas de estatística e de Análise de Conteúdo (Krippendorf, 2004). A metodologia empregada tenta seguir parte das estratégias propostas por Joathan e Alves (2020).

Para definir o recorte temporal dos *tweets*, utilizamos o *Google Trends*¹¹ com o objetivo de verificar quais semanas demonstraram um significativo aumento nas pesquisas da expressão “voto impresso”, dentro do buscador Google. Os dados indicaram “um pico” de buscas entre os dias 27 de junho e 17 de julho (Imagem I). Assim, foram definidos os 21 dias que representam o recorte estudado.

Imagem I – *Print Screen* da ferramenta Google Trends para o termo “voto impresso”



Fonte: *Google Trends*, consultado em 26/07/2021.

¹¹ Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?q=voto%20impresso&geo=BR>. Acesso em: 26/07/21.

Os *tweets* foram coletados através de um *script* R utilizando o pacote *academictwitteR* disponível para a linguagem de programação R (Barrie, Ho, 2021). O *academictwitteR* integra com a API do Twitter e permite que dados sejam coletados para fins acadêmicos e científicos.

Na primeira coleta, foram armazenados todos os dados entre 27/06/21 e 17/07/21 (n=3412) que continham a expressão “voto impresso”. Entre os *tweets*, estavam contemplados também *replies*, *retweets* e *quotes*¹², o que posteriormente decidimos excluí-los do *corpus*, já que entendê-los exigiria uma compreensão aprofundada sobre cada conversação, o que não é nosso objetivo neste artigo. Portanto, ao permanecer apenas os *tweets* originais (n=1238), foi definida a população a ser estudada. Uma amostra de 21% foi escolhida de forma aleatória para representar os *tweets* que passaram por Análise de Conteúdo (AC). Portanto, a quantidade de dados aqui descrita e que recebeu o devido foco deste artigo, pode ser resumida conforme a Tabela I abaixo.

Tabela I - Visão geral da quantidade de dados analisada

População	Tamanho da Amostra	% da Amostra	Grau de Confiança	Margem de Erro
1238	260	21%	95%	5%

Fonte: Autoria própria.

O *Google Sheets*¹³ foi utilizado para mensurar quais *hashtags*, figuras públicas e expressões relacionadas ao ambiente político apareceram com maior intensidade na população escolhida, através de manipulação de planilha de dados. Dessa forma, objetivou-se compreender a contextualização por trás das mensagens publicadas.

Para entender a configuração dos posicionamentos a respeito do voto impresso no Twitter durante o período citado, nos propomos a responder principalmente duas perguntas: (1) qual o posicionamento dos usuários ao voto impresso? E (2) qual é a principal intenção deles ao expressar-se sobre o voto impresso? Com isso, foi estabelecido a seguinte codificação para a amostra analisada:

¹² A diferença entre esses recursos pode ser melhor compreendida em: <https://help.twitter.com/en/resources/glossary>. Acesso em: 27 jul. 21.

¹³ Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/>. Acesso em: 27 jul. 21.

Tabela II - Codificação para “Qual o posicionamento dos usuários ao voto impresso?”

Posicionamento	Descrição	Exemplo
A favor	Aqueles que demonstraram estar favoráveis à proposta do voto impresso.	“Não temos medo. Mas precisamos de voto impresso auditável com contagem pública, porque essas urnas que estão aí, são todas fraudulentas. Pode mandar qualquer um, @jairbolsonaro ganha no 1 turno #Votoimpressoauditavelcomcontagempublica”.
Contra	Aqueles que não concordaram com a proposta do voto impresso.	“Bolsonaro se elegeu com voto em urna eletrônica. Agora, no desespero da derrota, volta ameaçar as eleições de 2022 ao impor o voto impresso. O sistema eleitoral só é falho quando o risco de derrota é dele, né? Lutaremos com todas as forças pra impedir esse tamanho retrocesso!”.
Indefinido/ Ausente	Aqueles que não deixaram claro seu posicionamento ou não tinham intenção de demonstrá-lo.	“Se a o projeto do voto impresso for à plenária (tenho minhas dúvidas), temos que cercar o parlamento para fazer pressão. Não com mil pessoas, mas com 1 milhão!”.

Fonte: Autoria própria.

Tabela III - Codificação para "Qual é a principal intenção deles ao expressar-se sobre o voto impresso?"

Principal Intenção	Descrição	Exemplo
Expressão de posicionamento e promoção de ideais	Quando há o objetivo de expressar sua opinião a respeito do voto impresso e/ou posicionamento político.	“Eleições só com VOTO impresso e auditável BR#QueremosVotoImpresso”.
Disseminação de informações/dados	Aqueles que compartilharam informações/dados a fim de defender ou criticar o voto impresso.	“Passo a passo da realidade do voto impresso... #euqueroimeuvotoimpresso em Vila Velha, Brazil https://t.co/2w8rRQ98FD ”.
Cobertura jornalística/ Agenda midiática	<i>Tweets</i> que possuíam como intenção principal a promoção de conteúdos com teor jornalístico.	“⊖ Sessão da Comissão da PEC do voto impresso auditável é cancelada. * Terra Brasil Notícias https://t.co/qgMIvRiIzi ”.
Ofensa/Ameaça a usuário ou grupo de usuários	Aqueles que apresentaram impolidez linguística em seus comentários, atacando alguma figura política e/ou grupo político.	“Voto impresso de cu é rola, bolsonarismo de merda #VotoImpressoAuditavelJa”.
Outro/ Indefinido	Comentários que não se encaixaram nas categorias acima ou não deixaram claro sua principal intenção.	“Você é a Favor do Voto impresso Auditável independente da sua resposta comente rtt”.

Fonte: Autoria própria.

Torna-se importante aqui especificar alguns pontos que foram levados em consideração nas análises. Um deles diz respeito às mídias (imagens ou vídeos) que faziam parte do conteúdo

publicado. Cada uma delas foi observada e considerada como variável importante durante as categorizações. Assim como os links que levavam para um site externo, porém neste caso apenas a manchete (conteúdo que aparece visível no *tweet*) foi um fator de estímulo às análises. Além desses, as *hashtags* também contribuíram para as devidas compreensões.

Para verificar o índice de confiabilidade da pesquisa aqui aplicada, foi utilizado a métrica do *alpha* de Krippendorff (2004), que é indicada em casos de AC com apenas um codificador (Sampaio; Lycarião, 2018). Através da ferramenta *ReCal*¹⁴, foi possível realizar o teste e constatar bons índices no *alpha* de Krippendorff (Imagem II), que quando acima de 0,9 indica que a análise pode ser considerada confiável (Sampaio; Lycarião, 2018).

Imagem II – *Print Screen* do resultado do teste de confiabilidade na ferramenta *ReCal*

	Percent Agreement	Scott's Pi	Cohen's Kappa	Krippendorff's Alpha (nominal)	N Agreements	N Disagreements	N Cases	N Decisions
Variable 1 (cols 1 & 2)	97.7%	0.963	0.963	0.963	254	6	260	520
Variable 2 (cols 3 & 4)	94.6%	0.911	0.911	0.911	246	14	260	520

Fonte: Autoria própria.

Resultados e discussões

Por meio dos dados coletados, foi possível verificar no recorte temporal que a quantidade de *tweets* respeitou a agenda midiática, principalmente em resposta aos momentos que mais repercutiram e ganharam a atenção dos brasileiros politicamente engajados no assunto (Gráfico I). O dia com mais *tweets* foi 16/07/2021 (n=126), mesma data em que a Câmara dos Deputados decidiu adiar a votação da PEC 135/19 para depois do recesso parlamentar¹⁵. O segundo dia que apresentou mais *tweets* com a expressão “voto impresso” foi 05/07/2021 (n=96), quando Bolsonaro disse que o ministro Luís Roberto Barroso, então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, teria que “inventar uma forma de tornar transparentes as apurações. Senão ele [Barroso] vai ter problemas”¹⁶, em tom ameaçador ao defender o uso do voto impresso.

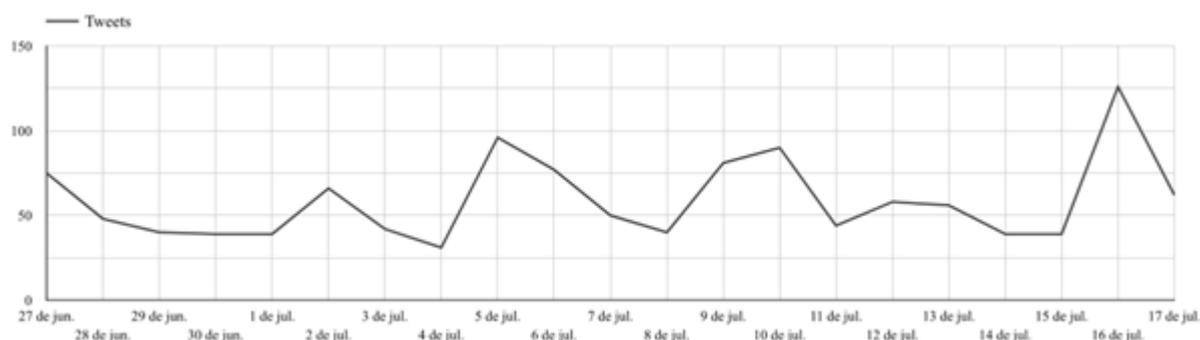
¹⁴ Disponível em: <http://dfreelon.org/utills/recalfront/>. Acesso em: 31 jul. 21.

¹⁵ Mais informações em: <https://www.camara.leg.br/noticias/786843-votacao-sobre-o-voto-impresso-fica-para-depois-do-recesso-parlamentar>. Acesso em: 30 jul. 21.

¹⁶ Mais informações em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/bolsonaro-diz-que-sem-voto-impresso-barroso-tera-problemas/>. Acesso em: 30 jul. 21.

O posicionamento de Bolsonaro foi uma resposta à sessão temática no Plenário, que aconteceu no mesmo dia, na qual o ministro Barroso alertou sobre os riscos de fraude e judicialização caso o voto impresso fosse adotado nas eleições de 2022¹⁷. O terceiro dia com maior índice de *tweets* foi 10/07/2021 (n=90), que repercutiu sobre a discussão do dia anterior, quando Bolsonaro afirmou que, sem voto impresso e auditável, o Brasil corria o risco de não ter eleições em 2022. A colocação influenciou alguns políticos a se posicionarem sobre a fala do ex-presidente, entre eles o senador e Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (Democratas), e o deputado e Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas)¹⁸.

Gráfico I – *Tweets* com a expressão “voto impresso” entre 27/06/21 e 17/07/21



Fonte: Autoria própria.

Para compreendermos a contextualização dos posicionamentos nos *tweets*, analisamos as principais *hashtags* (Gráfico II), os políticos mais citados (Gráfico III) e os termos com referência política mais utilizados (Gráfico IV).

No contexto de *hashtags* (23% dos *tweets* utilizaram este recurso), apesar da grande variedade de *hashtags* (n=125) utilizadas no período estudado, é possível observar alguns pontos:

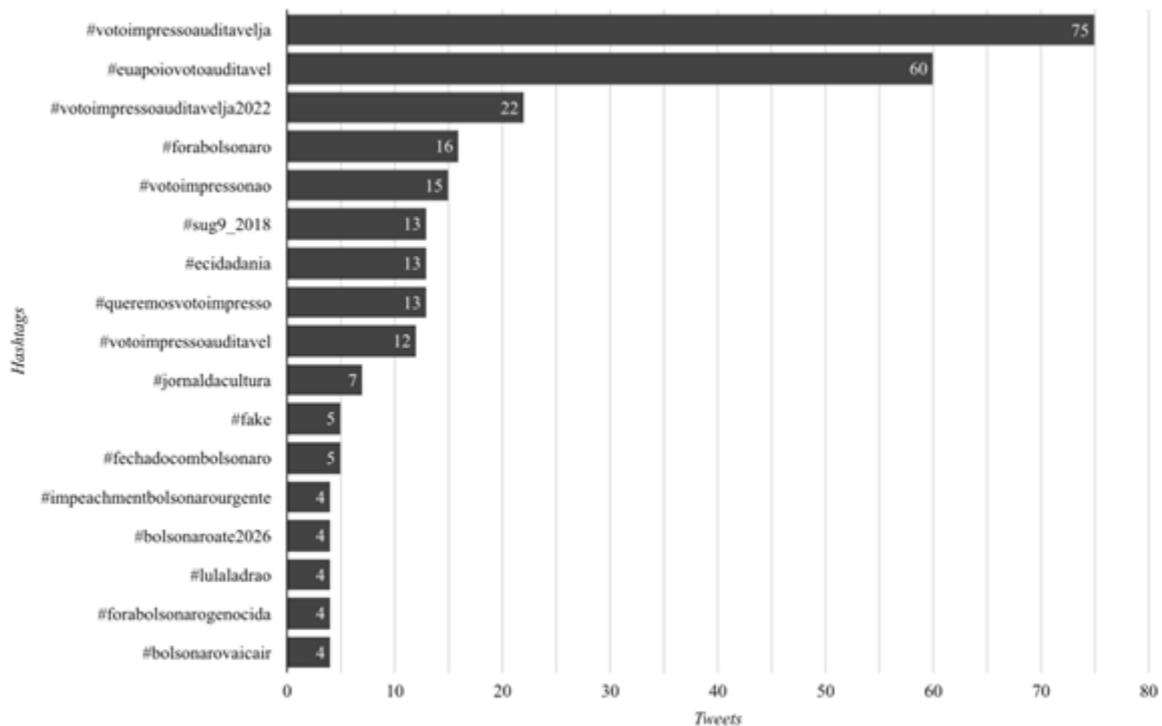
- Maior utilização de *hashtags* que demonstram apoio à implantação do voto impresso, como, por exemplo, as três com maior quantidade de uso: #votoimpressoauditavelja, #euapoiovotoauditavel e #votoimpressoauditavelja2022;

¹⁷ Mais informações em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/05/voto-impresso-tse-aponta-risco-de-fraude-senadores-falam-em-inseguranca>. Acesso em: 30 jul. 21.

¹⁸ Mais informações em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/07/10/legislativo-e-ministros-do-stf-reagem-a-fala-de-bolsonaro-sobre-eleicao-de-2022>. Acesso em: 30 jul. 21.

- Notável frequência de *hashtags* que mostram a relevância da Consulta Pública de Sugestão n.º 9 de 2018, no portal e-Cidadania, à discussão sobre o voto impresso no Twitter, concretizadas através de #sug9_2018 e #ecidadania. Tal afirmação está em sintonia com os dados que apresentam os sites externos mais compartilhados (Gráfico VI), em que o site do Senado aparece em primeiro lugar, além do próprio termo “senado” (n=53) que aparece algumas vezes na população estudada (Gráfico IV);
- A clara defesa daqueles que não se identificam com a proposta bolsonarista do voto impresso e utilizaram o momento não apenas para expressar contrariedade à proposta, como também para se opor ao governo, como, por exemplo, através do uso das *hashtags* #forabolsonaro e #votoimpressonao.

Gráfico II – Hashtags mais usadas nos tweets



Fonte: Autoria própria.

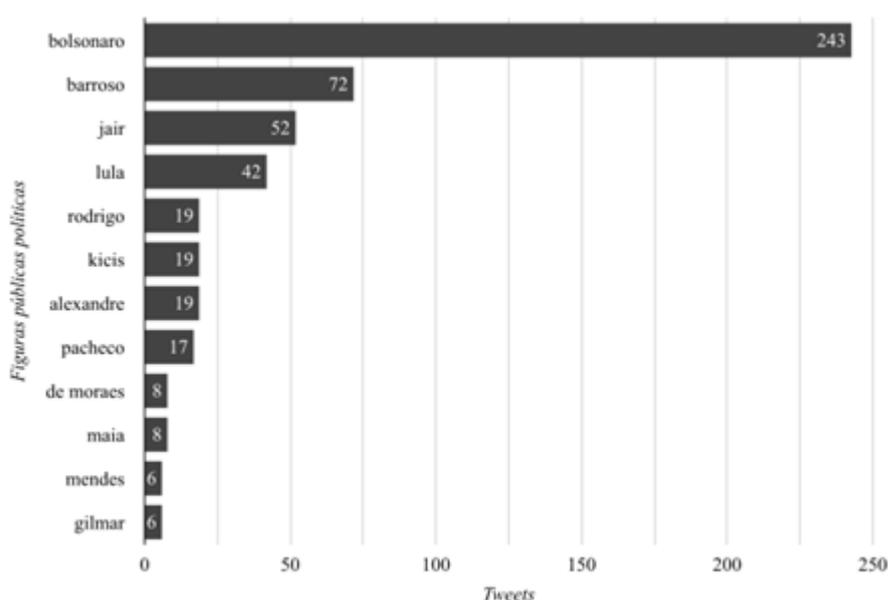
Obviamente, Jair Bolsonaro é a pessoa mais citada nos *tweets* analisados, como podemos observar pelas menções “Bolsonaro” e “Jair” (Gráfico III). O sobrenome do ex-presidente, em alguns momentos, também fez referência a seus filhos, que endossaram o posicionamento do pai. O ministro Barroso, ex-presidente do TSE, ganhou notoriedade no diálogo não apenas por sua responsabilidade no debate, mas principalmente por seus

posicionamentos contrários aos de Bolsonaro. Barroso apareceu principalmente em *tweets* em que a base eleitoral bolsonarista criticou suas afirmações ou atacou a moralidade do ex-presidente do TSE. Isso evidencia a influência das ações populistas de Bolsonaro sobre aqueles que compartilham do mesmo posicionamento ideológico: o ataque às instituições democráticas parte de toda a base bolsonarista. Cabe comentar que Barroso também apareceu em *tweets* com teor jornalístico, a fim de atualizar o andamento da discussão do voto impresso no cenário político.

Lula foi citado principalmente em *tweets* que levantaram a hipótese conspiratória de que o sistema eleitoral atual, por ser considerado fraudulento por bolsonaristas, privilegiaria a volta de Lula e, inclusive, da corrupção. O teor conspiracionista é elemento da configuração de estratégias populistas (Finchelstein, 2018).

Enquanto a deputada federal Bia Kicis (Partido Social Liberal) representou uma forte aliada àqueles que defendiam o voto impresso, por ser responsável pela PEC 135/19, Rodrigo Pacheco, Alexandre de Moraes (ministro do STF e do TSE) e Gilmar Mendes (ministro do STF) são agentes que apareceram entre as citações, por se posicionarem contra a proposta e em resposta às ameaças de Bolsonaro.

Gráfico III – Políticos com citações mais frequentes



Fonte: Autoria própria.

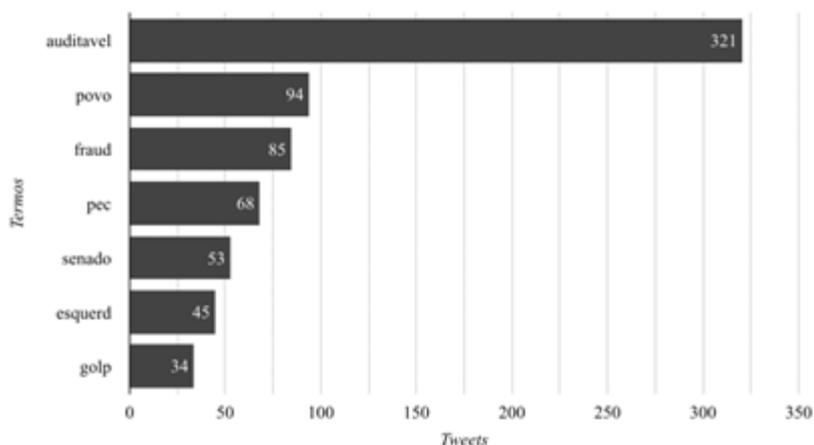
Ao analisarmos quais os termos mais utilizados nos posicionamentos sobre voto impresso no Twitter (Gráfico IV), um dos que mais aparece é o termo “auditável”, que tem relação àqueles que defenderam a proposta, por acreditarem que este é o (talvez, único) mecanismo que garantiria uma auditoria confiável nos resultados eleitorais.

Outra palavra que apareceu com frequência é “povo” (n=94). O que corrobora com a ideia de que o diálogo populista de Bolsonaro tem surtido efeito, a ponto de sua base eleitoral se denominar “povo soberano” e exigir a implantação da proposta ao sistema eleitoral. Somado a isso, em seguida, verificamos o termo “fraud” (n=85) que se relaciona com “fraude”, “fraudulento” e similares, presente principalmente nas mensagens daqueles que defenderam o voto impresso, desqualificando o atual sistema eleitoral e repetindo o adjetivo negativo usualmente utilizado por Bolsonaro, além de esculpir um cenário conspiratório.

Os termos “PEC” e “Senado” fortalecem o argumento aqui já levantado que parte do debate tem como alicerce a PEC 135/19 e a Consulta Pública disponibilizada pelo Senado através do e-Cidadania. O termo “esquerd”, relacionado à “esquerda”, “esquerdista” e “esquerdalha”, apresenta seu uso bem dividido, ora mostrando a união desse grupo político, ora sob ataque daqueles que se posicionaram ideologicamente contrários, o que atesta mais um ingrediente populista no que diz respeito a relação “nós” contra “eles”.

Enquanto o termo “golp”, de “golpe” e “golpista”, apareceu majoritariamente naqueles *tweets* que se posicionaram contra o voto impresso e assimilaram que o Brasil corria risco de um possível golpe de Estado a ser executado por Bolsonaro, caso o sistema eleitoral ou os resultados das eleições não estivessem em sintonia com aquilo que Bolsonaro defendeu. Essa última observação demonstra homogeneidade entre o que parte dos usuários acreditava e a hipótese levantada por Felitti (2021), que menciona a possibilidade de um golpe de estado arquitetado por Bolsonaro.

Gráfico IV – Termos políticos mais frequentes



Fonte: Autoria própria.

Para entendermos qual o posicionamento dos usuários quanto a necessidade do voto impresso no período estudado, submetemos a amostra (n=260) à metodologia de AC descrita na seção anterior. Foi possível verificar que a maioria (45,8%) era a favor da alteração do sistema eleitoral vigente, bem como se argumentou explicitamente que os recursos atuais poderiam ser passíveis de fraudes e não apresentam mecanismos auditáveis suficientes para garantir credibilidade aos resultados das eleições. Dessa forma, podemos afirmar que na discussão sobre voto impresso no Twitter, durante o recorte temporal escolhido, a base eleitoral de Bolsonaro era a mais ativa. Em segundo lugar, na discussão, aparece o grupo contrário à proposta bolsonarista defendendo a atual legislação que norteia as eleições (34,6%). Por último, há um considerável percentual (19,6%) de usuários que não expuseram claramente sua opinião sobre aquilo que defendem.

Grande parte dos participantes na discussão sobre voto impresso tiveram como intenção principal (Gráfico V) expor seu posicionamento e promover aquilo que acreditavam (59,2%). A divulgação sobre o andamento dos processos burocráticos que envolvem o voto impresso, bem como notícias que relataram o pensamento de figuras políticas, apareceu em segundo lugar (13,8%). Esse comportamento é muito mais presente dentro do grupo classificado como Indefinido/Ausente, representando 45,1% da atividade desse grupo. Esses dados são caracterizados em grande parte por veículos de comunicação e perfis de jornalistas.

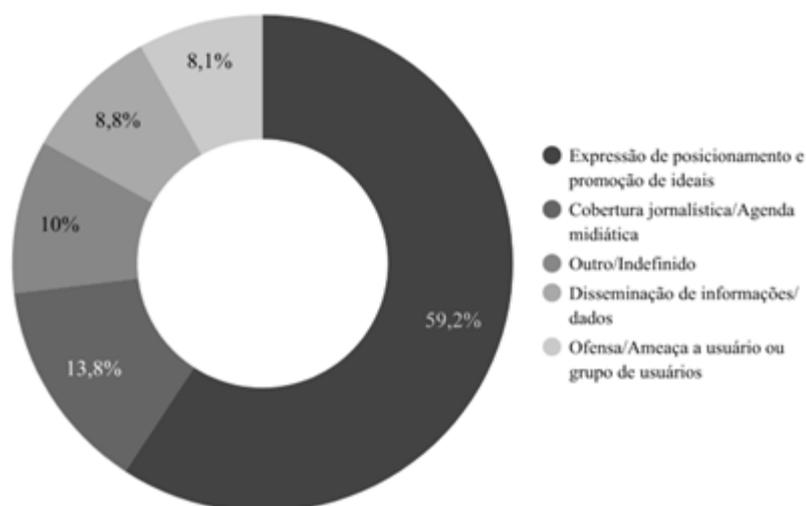
Os *tweets* que não tiveram sua intenção claramente definida ou enquadrada nos códigos propostos formam a terceira posição (10%), o que, infelizmente, não contribui para

interpretações relevantes. Vale citar, no entanto, que aqueles com posicionamentos classificados entre “contra” e “indefinido/ausente” somam juntos 96,2% desses *tweets*, com 50% e 46,2% respectivamente.

A disseminação de informações e dados representou 8,8% das intenções dos usuários, sendo que foi possível constatar que o grupo mais atuante nesta categoria (73,9%) foram os que defenderam o voto impresso. O conteúdo mais compartilhado remete-se a um vídeo explicativo sobre como funcionaria o voto impresso na prática, publicado originalmente pelo presidente Bolsonaro¹⁹ em seu perfil pessoal.

Por fim, aqueles que tiveram como objetivo principal atacar ou ofender um usuário, ou grupo de usuários representaram a menor faixa dessa amostra (8,1%). O uso de impolidez linguística é compartilhado quase que em mesma intensidade nos diferentes posicionamentos ideológicos. Dentro dos que preferiram uma discussão “calorosa”, 52,4% são a favor do voto impresso e 42,9% são contra.

Gráfico V – Principal intenção ao expressar-se sobre “voto impresso”



Fonte: Autoria própria.

Foi verificado também quais links externos mais apareceram dentro da amostra. Neste caso, “senado.leg.br”²⁰ (16,4%) e “secure.avaaz.org”²¹ (11%) se relacionam ao representar os

¹⁹ *Tweet* original: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1410197383397400581?s=20>. Acesso em: 02 ago. 21.

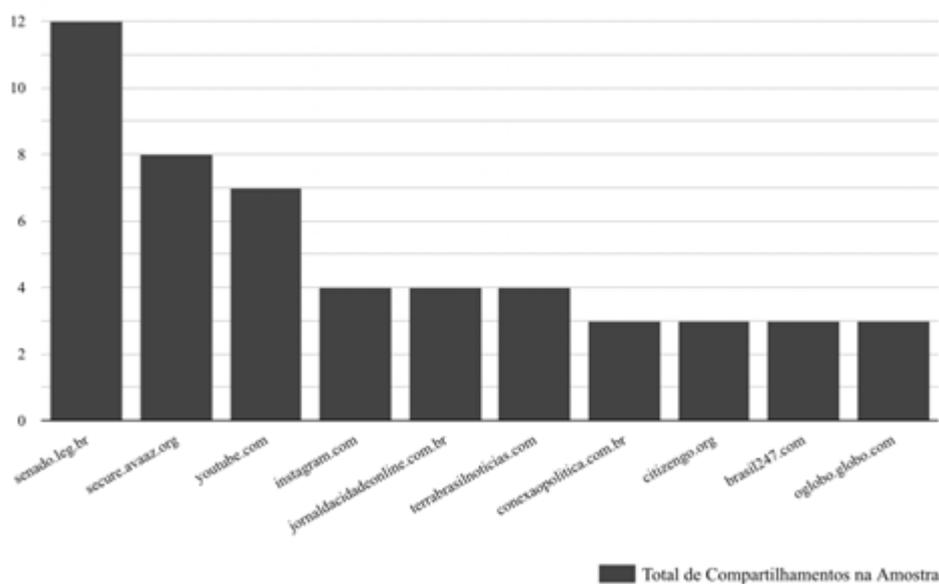
²⁰ Relacionado à Consulta Pública da PEC 135/19.

²¹ Em referência ao link: https://secure.avaaz.org/campaign/po/nao_ao_voto_impresso_loc/?wufVFob. Acesso em: 07 ago. 21.

usuários que se preocuparam em divulgar ferramentas de votação aos cidadãos com a finalidade de expressarem sua opinião quanto ao voto impresso. Aqueles que fizeram menção ao "secure.avaaz.org" propagaram uma campanha contra o voto impresso, em formato de petição on-line. Ambos os mecanismos indicaram a relevância do uso de tecnologia e internet em deliberações democráticas ao permitirem a participação política da esfera civil em decisões legislativas (Marques; Miola, 2007).

No Gráfico VI estão relacionados os 10 sites que mais apareceram na amostra, de um total de 31 sites. Dos 260 *tweets* analisados, 28% deles incluíram um link externo. Entre os sites compartilhados, é possível encontrar tanto meios de extrema-direita, como o “jornaldacidadeonline.com.br”, quanto de esquerda, como o “brasil247.com”.

Gráfico VI – Sites mais compartilhados nos *tweets* da amostra



Fonte: Autoria própria.

Considerações finais

Este artigo teve como proposta debruçar-se sobre a temática do voto impresso para entender, em especial: (1) o que invalida a necessidade do voto impresso; (2) quais eram as intenções de Bolsonaro ao defender tal mecanismo; e (3) quais elementos configuraram os posicionamentos sobre o assunto no Twitter entre 27/06/21 e 17/07/21.

Os resultados mostraram que uma suposta adoção do voto impresso formularia uma atmosfera que coloca em risco o voto secreto e aumenta as chances de interferência humana, que conseqüentemente propicia a ocorrência de fraudes. Além disso, as urnas eletrônicas apresentam recursos tecnológicos que garantem a segurança do processo eleitoral, os quais estão em constante avanços técnicos, inclusive através de testes públicos. Entretanto, a complexidade ao redor da configuração das urnas eletrônicas contribui para a falta de compreensão plena por parte da população, que eventualmente passa a questionar o sistema eleitoral.

Jair Bolsonaro utilizou dessa dúvida, que sempre norteou a história do voto no Brasil, como um dos elementos para instalar sua estratégia populista. Ao contrário do que muitos pensam, tal indagação não é técnica, mas sim ideológica. Dentre as intenções bolsonaristas, o ataque às instituições democráticas expressiu o projeto de Bolsonaro de focalizar todo o poder político em si próprio ao considerar-se a personificação do povo.

Nos posicionamentos sobre voto impresso no Twitter durante 27/06/21 e 17/07/21 prevaleceu o grupo a favor da proposta (45,8%), contra 34,6% de pessoas em oposição. Aqueles que apoiaram a implantação do mecanismo impresso apresentaram características que reforçaram o clima populista, que acompanhou a figura de Bolsonaro, como expressões de defesa do povo soberano, de polarização política e de suposições conspiratórias.

Próximo de concluir, vale evidenciar que dificilmente um modelo eleitoral agradaria a todo o Brasil, que é um país com grandes diferenças regionais e sociais. A discordância é natural, o que significa que o sistema eleitoral precisa e deve ser, sim, debatido e aprimorado. Entretanto, o que não cabe é trazer uma solução já sepultada. O progresso, principalmente dos recursos já existentes, esculpe um caminho mais democrático.

Esperamos aqui ter exposto uma visão mais sistêmica sobre o debate do voto impresso, mesmo com as limitações que esse estudo apresenta, como: (1) a coleta de dados exclusiva à expressão “voto impresso”, que não considerou outras como, por exemplo, “voto auditável”, o que poderia propiciar uma visão mais ampla e rigorosa sobre a discussão; (2) o foco no conteúdo do *tweet* sem atender/analisar suas possíveis respostas (*replies*), que favoreceria a visualização de outras configurações de conversação; (3) o recorte temporal com foco reduzido, que se contemplasse outros momentos em que o voto impresso veio à tona, assistiria uma visão histórica do tema; e entre outras que eventualmente não foram citadas.

Limitações como essas servem de pontos de partida para futuros estudos, que podem se propor a responder outras questões que não foram observadas neste artigo. Além das sugestões

implícitas, vale recomendar que pesquisas por vir possam estudar: (1) o papel da imprensa em torno da proposta do voto impresso; ou até mesmo (2) outros comportamentos populistas de Bolsonaro e seus efeitos à esfera pública e à democracia. Para garantir a replicabilidade deste estudo, os dados aqui utilizados estão dispostos publicamente de forma virtual²².

REFERÊNCIAS

AVAST. 91,84% dos brasileiros acreditam que o sistema eletrônico de votação pode ser violado nas eleições. **Avast**, 2018. Disponível em: <https://press.avast.com/pt-br/9184-dos-brasileiros-acreditam-que-o-sistema-eletr%C3%B4nico-de-vota%C3%A7%C3%A3o-pode-ser-violado-nas-elei%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 26 jul. 2021.

AVRITZER, Leonardo. A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil. *In*: PINTO, António Costa; GENTILE, Fabio (org.). **Populismo - Teorias e Casos**. Fortaleza: Edmeta, 2020. p. 145-156. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/46805>. Acesso em: 02 ago. 2021.

BARRIE, Christopher; HO, Justin. AcademictwitterR: an r package to access the twitter academic research product track v2 api endpoint. **Journal Of Open Source Software**, [S.I.], v. 6, n. 62, p. 3272-327, 2021. Disponível em: <https://www.research.ed.ac.uk/en/publications/academictwitter-an-r-package-to-access-the-twitter-academic-resea>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Relatório das eleições 2002. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2003. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-relatorio-resultado-eleicoes-2002/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-relatorio-resultado-eleicoes-2002/at_download/file. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 1, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113165.htm. Acesso em: 03 ago. 2021.

BRASIL. Nota Pública. Publicada em 02 ago. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2021. Disponível em: https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/nota-dos-presidentes-1ago2021/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/nota-dos-presidentes-1ago2021/at_download/file. Acesso em: 03 ago. 2021.

BOLSONARO, Jair. Live da Semana - Presidente Jair Bolsonaro | 29/07/2021. **YouTube**, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C4sE3OAVpHY>. Acesso em: 29 jul. 2021.

²² Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1YprErGq8S-hkEqvM5vw1hDMxnnK_f-Pt?usp=share_link. Acesso em: 02/03/23.

CAFÉ DA MANHÃ: Voto impresso: a tática de Bolsonaro e a reação do TSE. Entrevistado: Marcus André Melo. Entrevistadores: Bruno Boghossian e Maurício Meireles. **Folha de S. Paulo & Spotify Studios**, 03 ago. 2021. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/0eATSNP5fI0mWpmPRSSNUV?si=219qP9quTbSudQYYgWz1oA&dl_branch=1. Acesso em: 03 ago. 2021.

CARVALHO, Volgane Oliveira. Dos inconvenientes do voto impresso: memória da Ação Direta de Inconstitucionalidade no 4.543. **Estudos Eleitorais: Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 139-150, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/1578>. Acesso em: 15 jul. 2023.

EIRADO, Cláudia Raquel da Rocha; SILVA, Gustavo Pompeu da; CORDEIRO, Gauss Moutinho. Análise da lei de Benford de 2º dígito: eleições gerais para presidente no Brasil e a votação em urnas eletrônicas – 2002 a 2018. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 78, n. 243, p. 7-34, 2020. ISSN: 2675-3243. Disponível em: https://rbes.ibge.gov.br/images/doc/rbe_243jan_jun2020.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

FELITTI, Guilherme. TECNOCRACIA: A discussão sobre voto impresso não é técnica, é ideológica. **Manual do Usuário**, [S. l.], 2021. Podcast. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/0eATSNP5fI0mWpmPRSSNUV?si=SpiXWPg1SzK1PugSlqqSFw&dl_branch=1. Acesso em: 30 jul. 2021.

FIGUEIREDO, Dalson; SILVA, Lucas; DOMINGUES, Juliano. A matemática da urna. **Piauí**, 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/matematica-da-urna/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FINCHELSTEIN, Federico. **Del fascismo al populismo**. Buenos Aires: Taurus, 2018.

GENTILE, Fabio. Populismo e ciências sociais brasileiras: desafios teóricos e metodológicos. In: PINTO, António Costa; GENTILE, Fabio (org.). **Populismo - Teorias e Casos**. Fortaleza: Edmeta, 2020. p. 76-89. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/46805>. Acesso em: 02 ago. 2021.

JOATHAN, Ícaro; ALVES, Marcelo. O Twitter como ferramenta de campanha negativa não oficial: uma análise da campanha eleitoral para a prefeitura do rio de janeiro em 2016. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, n. 43, p. 81-98, 2020. DOI: 10.1590/1982-25532020141565. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/v5sSRnfl8mW84rVdkFVDnXp/?lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2023.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis: an introduction to its methodology**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2004.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; HERMAN, Fellipe; KNISS, Andressa Buttore; TEIXEIRA, Jackeline Saori. What do State Institutions Say? Twitter as a Public Communication Tool During the Impeachment of Dilma Rousseff. **Brazilian Political**

Science Review, [S.I.], v. 13, n. 3, p. 1-32, 2019. DOI: 10.1590/1981-3821201900030005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/b9LLdpPt8cf86c6QXtzCcsf/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MIOLA, Edna. Internet e Parlamento. Um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online. **E-Compós**, [S. l.], v. 9, 2007. DOI: 10.30962/ec.157. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/157>. Acesso em: 15 jul. 2023.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PIAIA, Victor; ALVES, Marcelo. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no whatsapp. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 135-154, 2020. DOI: 10.1590/1809-5844202037. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/JB3zHccN7KnHJXTwsRj8WjF/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SALDANHA, Douglas Morgan Fullin; SILVA, Marcela Barbosa da. Transparência e *accountability* de algoritmos governamentais: o caso do sistema eletrônico de votação brasileiro. **Cadernos Ebape.Br**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 697-712, 2020. DOI: 10.1590/1679-395120190023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/gQ4YDzBjxFp7PpK5SZHbdHL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul.2023.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, n. 66, p. 31-47, 2018. DOI: 10.1590/1678-987318266602. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/TPx77JGgGq9qBm4BSn6nW3F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Conflitos de interesse: Não houve conflito de interesse.

Aprovação ética: Respeitou. Não passou por comitê.

Disponibilidade de dados e material: Não aplicável.

Contribuições dos autores: Execução da pesquisa e escrita do artigo: Kaique; Revisão e melhorias: Francisco Robson.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

